



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 10/2021

Período: 03/04/2021 - 09/04/2021

GEDES – UNESP

- 1- Bolsonaro se negou a comentar demissão de cúpula das Forças Armadas
- 2- Generais se reuniram após nomeação de novo comandante do Exército
- 3- Periódicos e colunistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas I
- 4- Periódicos e colunistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas II
- 5- Periódicos e colunistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas III
- 6- Ministro Braga Netto foi convocado por Bolsonaro para dialogar com o STF
- 7- Bolsonaro afirmou que as Forças Armadas estão à disposição para vacinar
- 8- Novo ministro da Saúde exonerou militares na pasta
- 9- Colunista comentou relação das Forças Armadas com Bolsonaro
- 10- Colunista comentou movimentações de Bolsonaro na troca dos comandantes das Forças
- 11- Alta Cúpula do Exército se ressentiu com Bolsonaro por alterações nos comandos das Forças
- 12- Supremo Tribunal Federal julgará ações protocoladas contra a aplicação da Lei de Segurança Nacional
- 13- Gastos com pensões e benefícios de militares impactaram no aumento de passivos da União em 2020
- 14- Hamilton Mourão defendeu presença de militares na política
- 15- Braga Netto discursou em cerimônia de posse ministerial
- 16- Proposta de colocar Hospitais das Forças Armadas à disposição da população civil durante a pandemia da Covid-19 foi rejeitada
- 17- Em cerimônia, Bolsonaro ficou sem máscara, cumprimentou oficiais com aperto de mão e chamou as Forças Armadas de “meu Exército”
- 18- Professor comentou relação entre Forças Armadas e preservação da democracia

1- Bolsonaro se negou a comentar demissão de cúpula das Forças Armadas
De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou durante uma transmissão ao vivo nas redes sociais que não comentaria a recente crise que levou à demissão dos comandantes das Forças Armadas, dizendo que apenas ele e os três militares envolvidos sabiam o real motivo das demissões. (O Estado de S. Paulo - Política - 03/04/21)

2- Gerais se reuniram após nomeação de novo comandante do Exército

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o perfil oficial do Exército Brasileiro no Twitter publicou foto de um encontro entre o novo comandante do Exército, general Paulo Sérgio, com seus antecessores, os generais Edson Pujol e Eduardo Villas Bôas. (*Correio Braziliense* - Política - 03/04/21)

3- Periódicos e colunistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas I

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* abordou as demissões no Ministério da Defesa e na cúpula militar, que demonstraram "de forma abrupta e tensa, a intenção do presidente Jair Bolsonaro de mostrar que tem voz de comando na caserna", mas que seu desfecho indicou um posicionamento das Forças Armadas alinhado à Constituição e não com o atual governo. Nesse sentido, a missão do novo ministro, general Walter Braga Netto, seria a de pacificar os ânimos enquanto se mantém leal aos desígnios do presidente da República. Entrevistada pelo *Correio*, a professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Mayra Goulart afirmou que Braga Netto se encaixa na "lógica de submissão, de correia de transmissão", buscada por Bolsonaro. Já a avaliação de militares ouvidos pelo jornal é a de que Braga Netto não deve promover mudanças bruscas, mas que qualquer tentativa de interferência política nas Forças Armadas poderia ser barrada pelos novos comandantes ou mesmo "rechaçada publicamente". Em sua coluna para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Demétrio Magnoli partilhou de opinião semelhante, afirmando que os comandantes da ativa bateram "continência à Constituição" ao recusar o alinhamento político com Bolsonaro e com os generais que "lideraram uma volta ao passado", dentre eles os generais Eduardo Villas Bôas, Augusto Heleno e Hamilton Mourão. De acordo com o *Correio*, a demissão coletiva dos três comandantes demonstrou o choque das decisões de Bolsonaro com os interesses dos militares, de modo que, até o momento, os militares conseguiram impedir o avanço da política sobre os quartéis. Segundo o *Correio*, Bolsonaro teria tentado cooptar apoio militar para propor um Estado de exceção. Sobre o assunto, em coluna opinativa para a *Folha*, a jornalista Cristina Serra apontou incoerências entre a suposta aversão das Forças Armadas pela política e episódios recentes da atuação dos militares – tais como a mensagem de Villas Bôas direcionada ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015, a celebração do golpe de 1964 e a própria presença dos militares em altos cargos no governo federal –, sendo assim "avalistas e fiadores, cúmplices e co-autores" das mortes em decorrência da pandemia da Covid-19. Serra disse ainda que os militares "tratam o povo como inimigo a ser derrotado, deixando-o morrer de doença e fome", e que esse "genocídio brasileiro" seria "crime de lesa-pátria". Já o advogado criminal e ex-presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (2001-2004) Luís Francisco Carvalho Filho criticou, em coluna para a *Folha*, a fala de Bolsonaro em tratar o Exército como "seu", afirmando que esse "peculato político" pode ser visto como crime de responsabilidade. O jornalista Álvaro Costa e Silva, em coluna opinativa para a *Folha*, também criticou a fala do presidente, chamando-a de "delírio arrogante" e parte de um projeto "Um exército para chamar de meu", em que exigirá ser tratado pelos novos comandantes das Forças Armadas como "comandante-em-chefe das Forças Armadas". De acordo com o *Correio*, alguns militares afirmaram que o ano de 2022 será marcado por forte acirramento político e

possível questionamento por parte de Bolsonaro dos resultados eleitorais. Contudo, em suas perspectivas, não existe espaço para apoio político por parte dos militares. Por sua vez, João Roberto Martins Filho, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) afirmou que houve um estremecimento nas relações entre Bolsonaro e os militares, pois o presidente haveria “demitido de forma desonrosa”, assim como fez com os ministros civis demitidos. Neste sentido, Martins Filho afirmou que os militares “apostaram todas as fichas no Bolsonaro, e estão vendo quem queria jogar com as Forças Armadas. Em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Eliézer Rizzo de Oliveira afirmou que o Brasil estaria vivendo uma crise perigosa, a intervenção política nas Forças Armadas focada na sua instrumentalização, cuja responsabilidade seria integralmente do presidente Bolsonaro. Neste sentido, Bolsonaro teria ordenado ao general Edson Leal Pujol, ex-comandante do Exército, que se opusesse ao STF, após decisões que favoreceram o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, seu possível adversário em 2022. Ainda no *O Estado*, a colunista Sonia Racy declarou que, em conversa, o ex-ministro Antonio Delfim Netto afirmou que o Brasil não estaria correndo nenhum risco de golpe, alegando que “com a mudança radical de regras que Castello Branco promoveu (como primeiro presidente pós-64) um militar não pode ficar na ativa por mais de doze anos”, não haveria tempo para “conchavos”. Além disso, Delfim Netto declarou que a nova geração de militares foi disciplinada para respeitar a Constituição e garantir o seu cumprimento. (Correio Braziliense - Política - 03/04/21; Correio Braziliense - Política - 04/04/2021; O Estado de S. Paulo - Blogs - 04/04/2021; O Estado de S. Paulo - Opinião - 04/04/2021; Folha de S. Paulo - Opinião - 03/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/04/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 03/04/21)

4- Periódicos e colunistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas II

Em entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou que a nota do general Fernando Azevedo e Silva e a entrega dos cargos dos comandantes militares significaram um fracasso da tentativa do presidente da República, Jair Bolsonaro, em “alinhar as Forças Armadas a seu projeto de poder” e um gesto de “sim à democracia”, ao analisar que os novos comandantes estão alinhados com seus antecessores imediatos. Jungmann também afirmou que o uso do pronome possessivo “meu” para se referir ao Exército é uma tentativa de mobilizar os militares a seu favor, que, junto das massas, são as duas forças que possui para aprovar seu programa, e avaliou que eventuais apoiadores do presidente entre a suboficialidade não representam uma possibilidade de ruptura da hierarquia. Quanto ao crescente envolvimento dos militares na política, o ex-ministro indicou seu início na discussão do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014), quando “foi feito um acordo que, pelo que relatam, não foi cumprido”, desencadeando uma maior proeminência dos militares, a exemplo do tuite em 2015 do então comandante do Exército, general Villas Bôas. Jungmann afirmou que Villas Bôas “buscou se antecipar, e foi uma forma inadequada de se expressar”, mas que não acredita na possibilidade de uma ruptura democrática caso o STF tivesse decidido a favor de Lula nem que os ministros tenham se dobrado a qualquer pressão. Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de

São Paulo (USP) Miguel Reale Júnior criticou Bolsonaro pela tentativa de criação de "nichos de obediência" ao impor a lógica do quartel aos ministérios, citando como exemplo a nomeação de um general como ministro da Saúde e um coronel como secretário executivo da pasta, "imperando o que haviam aprendido na caserna: disciplina, ou seja, um manda e o outro obedece às ordens superiores, com submissão cega às determinações". O advogado também comentou a demissão do ministro da Defesa como reação às pressões políticas, e que o esforço do general Azevedo e Silva em preservar as Forças Armadas "como instituição de Estado" lhe renderam o apoio dos comandantes das três Armas. Reale Júnior encerrou afirmando que Bolsonaro não terá ainda mais poder para "confrontos e mobilização nacional com o 'seu' exército". (Folha de S. Paulo - Poder - 03/04/21; O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 03/04/21)

5- Periódicos e colunistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas III

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, a jornalista Flavia Lima afirmou que a tese de que os militares não se dobraram à política deve ser acolhida com bastante reflexão. Lima analisou as manchetes de diversos jornais no dia 30/03/21 e 31/03/21, após a demissão do ministro da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas, destacando dentre elas *O Estado de S. Paulo*, que apontou que o "Ministro da Defesa caiu por recusar uso político das Forças Armadas", enquanto *O Globo* ressaltava: "Militares recusam adesão política, e Bolsonaro troca chefes das Forças". De outro lado, na *Folha de S. Paulo*, a discussão sobre o "uso político" dos militares foi destacada no editorial "Dever Cumprido", que abordava que o incentivo de Bolsonaro à "inadmissível politização dos quartéis", indicando que essa pretensão não encontraria eco no alto escalão. A colunista afirmou que os exemplos mencionados demonstram que os jornais aderiram à versão dos militares de que haveria uma recusa à politização imposta pelo presidente. Neste sentido, essa narrativa tem sido utilizada desde o início do governo Bolsonaro, apresentando os militares como "atores desinteressados", fora da política e compondo uma ala do governo capaz de conter os excessos de Bolsonaro. Seguindo essa linha, a justificativa para a saída dos comandantes das Forças teria sido a pressão de Bolsonaro, na tentativa de "alinhar as FA com a defesa política do governo". Contudo, os militares estão alinhados à Bolsonaro desde sua campanha eleitoral, portanto, a mudança não permite concluir que os militares recusaram a politização das Forças. Segundo Lima, o que parece é que os militares tentam se afastar da crise política e sanitária que o Brasil tem enfrentado. Desta forma, apenas as articulações para as eleições de 2022 e o olhar atento da imprensa demonstrarão se os militares estão ou não na política. De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o governo da Argentina tem optado por adotar um distanciamento estratégico em relação à troca no comando das Forças Armadas brasileiras. Segundo alguns setores diplomáticos a falta de declarações, pode estar associada à falta de afinidade ideológica entre os dois países e a tentativa de não piorar a relação. De acordo com *O Estado*, uma fonte do ministério das Relações Exteriores afirmou que o chanceler da Argentina, Felipe Solá, não interpreta a situação como preocupante. Em uma reunião, o chanceler teria dado a entender que analisou a situação como algo interno ao Brasil. Contudo, um embaixador argentino se mostrou surpreso com a falta de posicionamento da Argentina em relação à situação brasileira, pois no seu ponto de vista, isto seria

algo preocupante. De outro lado, Patricio Gómez Talavera, professor e especialista em assuntos brasileiros da Universidade de Buenos Aires, afirmou que a instabilidade preocupa, mas ainda não teria sido entendida como algo prioritário. A estratégia argentina seria não opinar em assuntos internos para não prejudicar a relação bilateral. O professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) João Roberto Martins Filho destacou que na manhã do dia 29/03/2021 os militares tinham sua imagem desgastada pela péssima gestão do general Eduardo Pazuello, como ministro da Saúde e no fim do dia, eram vistos como defensores da Constituição e da missão precípua das Forças Armadas, resistindo à um governo que estaria tentando arrastá-las para a política. Contudo, no dia 30/03/2021, essa versão já se mostrava contraditória, após a nota do Ministério da Defesa, sob o comando do ministro Braga Netto. Em seu texto, Martins Filho declarou que a ideia de que os generais não se associam a governos estaria abalada desde o dia 31/05/2020, quando Bolsonaro e Azevedo e Silva embarcaram em um helicóptero militar para sobrevoar uma manifestação contrária ao STF e ao Congresso Nacional. Portanto, para Martins Filho, nesse momento em que a narrativa de que as Forças Armadas não se alinham à governos, seria importante rever os rumos dos militares antes das próximas eleições. (Folha de S. Paulo - Opinião - 04/04/2021; O Estado de S. Paulo - Política - 04/04/2021)

6- Ministro Braga Netto foi convocado por Bolsonaro para dialogar com o STF

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, estaria tentando diminuir o desgaste causado após sua interferência nas Forças Armadas e reduzir as fragilidades expostas nos meses anteriores. Neste sentido, é possível destacar a sinalização de Bolsonaro ao “centrão”, por meio da diminuição da presença de militares no Planalto e o aumento de auxiliares provenientes do Congresso. Ao mesmo tempo, Bolsonaro escalou o novo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, para dialogar com o Supremo Tribunal Federal (STF), demonstrando que a demissão do general Fernando Azevedo e Silva não significou um rompimento da interlocução com o STF, tendo em vista que Azevedo e Silva foi assessor do ministro do STF Dias Toffoli. A saída de todo o comando das Forças Armadas, às vésperas do aniversário do golpe militar de 1964, aumentou o temor de que Bolsonaro poderia utilizar as Forças Armadas em uma tentativa de impor um golpe militar, gerando desconforto no STF, que via no ex-ministro da Defesa uma garantia de estabilidade democrática. (Folha de S. Paulo - Poder - 04/04/2021)

7- Bolsonaro afirmou que as Forças Armadas estão à disposição para vacinar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, fez uma visita a uma entidade beneficente com o novo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. Na ocasião, Bolsonaro fez uma transmissão ao vivo em sua rede social, afirmando que as Forças Armadas “estão à disposição para começar a vacinar”. Contudo, o Ministério da Defesa já tem atuado na logística e apoio na vacinação durante a pandemia, principalmente em regiões de difícil acesso, transportando pacientes, medicamentos, insumos, vacinas e garantindo a segurança da mercadoria. As declarações causaram desconforto nas Forças Armadas: Em nota, o Ministério da Defesa afirmou que “apoia a vacinação contra a covid-19 desde o primeiro dia da campanha, em 19 de janeiro de 2021”, por meio de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) e

no apoio logístico prestado por militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Na cúpula do Planalto, a declaração foi vista como um sinal de que, ainda com a substituição do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, a atuação dos militares ainda é uma característica do governo Bolsonaro. (Correio Braziliense - Política - 04/04/2021; Folha de S. Paulo - Poder - 04/04/2021)

8- Novo ministro da Saúde exonerou militares na pasta

Em coluna no periódico *Folha de S. Paulo*, a jornalista Camila Mattoso afirmou que desde a nomeação do novo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, três militares que ocupavam postos importantes e três integrantes da equipe do general Eduardo Pazuello foram exonerados. Os primeiros, no dia 30/03/21, foram o coronel Élcio Franco, “número 02” da pasta, o coronel e médico Roberto Batista, diretor do departamento de Saúde Pública da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o tenente-coronel da reserva Jorge Luiz Kormann, exonerado do posto de secretário-executivo adjunto do Ministério da Saúde. Em sua narrativa, Queiroga afirmou que pretende colocar nomes técnicos na pasta. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 04/04/2021)

9- Colunista comentou relação das Forças Armadas com Bolsonaro

Em coluna para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Marcelo Godoy relatou o desconforto do ex-ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, com o presidente da República, Jair Bolsonaro, após declaração de que as Forças Armadas eram fiéis a ele e não ao Estado. Godoy comentou ainda sobre as movimentações ocorridas no dia 27/03/21, que levaram às trocas de cadeiras dos comandos das Forças Armadas. Com relação ao ex-comandante do Exército, Edson Pujol, o colunista afirmou que este chegou fez declarações polêmicas sobre a personalidade do presidente, que causaram reações na ala militar, inclusive do general Augusto Heleno, que quis amenizar a situação alegando que era necessário garantir a unidade dos militares. Mesmo com a repercussão, o caso caiu em esquecimento, mas Bolsonaro sempre demonstrou descontentamento com Pujol. Dentre os desentendimentos, Godoy destacou o episódio no qual o Exército tentou desvincular seu nome da falta de oxigênio em Manaus. Em suma, Godoy menciona que a ação de Bolsonaro de trocar os líderes das Forças Armadas tinha como intuito colocar no lugar de três avessos à sua política, três novos “Pazuellos”, que fossem seus fiéis seguidores dentro de um governo sem força política. Por fim, o autor afirmou que o desconforto entre Bolsonaro e os comandantes demonstrou que ele jamais poderá contar com as Forças Armadas para se tornar um tirano, e que “os generais podem agora sonhar em 2022 com a eleição de um governo do qual participem sem o inconveniente de lidar com o pitoresco capitão”. (O Estado de S. Paulo – Política – 05/04/21)

10- Colunista comentou movimentações de Bolsonaro na troca dos comandantes das Forças

Em coluna para o periódico *Folha de S. Paulo*, Celso Rocha de Barros afirmou que a saída dos três comandantes das Forças Armadas foi uma forma de protesto contra o presidente da República, Jair Bolsonaro, e que os atos mostraram ao povo brasileiro que Bolsonaro é, de fato, golpista. Apesar disso, Barros ponderou que o presidente não está almejando um golpe de Estado a curto prazo, mas que mesmo assim teve que demitir os comandantes, que

provavelmente iriam se opor a tal ato. Por fim, Barros afirmou que o presidente tinha o objetivo de colocar comandantes golpistas no poder, mas falhou em suas escolhas, pois aparentemente os novos chefes das Forças Armadas se opõem à ideologia do presidente. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 05/04/21)

11- Alta Cúpula do Exército se ressentiu com Bolsonaro por alterações nos comandos das Forças

Conforme noticiou a *Folha de S. Paulo*, a posse do general Walter Braga Netto no Ministério da Defesa em 06/04/21 ocorreu num contexto em que parte da alta cúpula do Exército ainda estava ressentida com o presidente da República, Jair Bolsonaro, em razão das repentinas alterações que realizou nos três comandos das Forças Armadas. A *Folha* informou que em conversas privadas, os generais do Alto Comando do Exército criticaram os recentes discursos do presidente, em que, ao lado de Braga Netto, prometeu o emprego das Forças Armadas no plano de imunização nacional contra a Covid-19. De acordo com o jornal, o incômodo foi causado pelo fato de que as Forças já contribuem com campanhas de vacinação em parceria com instituições e governos locais. Em nota, o Exército informou que ainda seriam definidas as datas e termos cerimoniais das trocas de comando, mas o periódico apontou que a intenção era de que fosse um cerimonial tradicional, respeitando os protocolos de distanciamento social. Ainda de acordo com a *Folha*, há um consenso entre a Alta Cúpula do Exército de que não existem condições para que o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, seja reintegrado à instituição. (Folha de S. Paulo - Poder - 06/04/21)

12- Supremo Tribunal Federal julgará ações protocoladas contra a aplicação da Lei de Segurança Nacional

A *Folha de S. Paulo* abordou as ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) que questionam a legalidade da aplicação da Lei de Segurança Nacional (LSN), criada durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). O periódico destacou que a LSN vem sendo utilizada como argumento tanto da oposição ao presidente da República, Jair Bolsonaro, quanto por investigações de ataques ao STF e ao Congresso. De acordo com o jornal, no mês de março, quatro ações foram protocoladas na Corte a fim de questionar a compatibilidade da LSN com a Constituição de 1988, marco da redemocratização do país. Destas ações, duas movidas pelos partidos PTB e PSDB requerem anulação completa da lei. Outras duas, movidas pelos partidos PSB, PSOL, PT e PCdoB em conjunto, pediram que a lei fosse invalidada com parte de seus artigos limitados pelo STF. A Advocacia-Geral da União (AGU) requisitou em petição que as ações não sejam acolhidas pela Corte e que a lei seja considerada constitucional. O ministro do STF Gilmar Mendes concedeu 5 dias para que o Ministério da Justiça justifique a utilização da LSN contra críticos a Bolsonaro e que também o façam a Polícia Civil do Rio de Janeiro e as Polícias Militares do Distrito Federal e de Minas Gerais. Segundo o jornal, um dos desafios da Corte é manter a coerência de suas decisões, visto que esta utilizou artigos da LSN em julgamentos, a exemplo nos inquéritos das *fake news* e dos atos antidemocráticos. (Folha de S. Paulo - Poder - 06/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 07/04/21)

13- Gastos com pensões e benefícios de militares impactaram no aumento de passivos da União em 2020

De acordo com o informado pela *Folha de S. Paulo*, gastos da União com pensões e benefícios de militares deterioraram as contas e contribuíram com o aumento recorde do total de passivos que atingiu R\$ 4,4 trilhões ao final de 2020. Conforme o jornal, o resultado foi influenciado pelos gastos com a pandemia e pelos benefícios aos militares, cujos valores destinados às pensões e benefícios da categoria alcançaram R\$ 703 bilhões, valor acima dos R\$ 563 bilhões utilizados em 2019. Segundo Heriberto Vilela do Nascimento, coordenador-geral de contabilidade da União, os números de 2020 são superiores aos de 2019 porque à época não eram considerados passivos e a alteração se deve a uma adaptação a “padrões internacionais de contabilidade”. (*Folha de S. Paulo - Mercado - 06/04/21*)

14- Hamilton Mourão defendeu presença de militares na política

Em coluna para *O Estado de S. Paulo*, o vice-presidente da República, general Antônio Hamilton Martins Mourão, discorreu em defesa da presença de militares no governo brasileiro e falou sobre o que acredita ser a expectativa da sociedade em relação ao papel das Forças Armadas. O general iniciou defendendo que os brasileiros devem se preocupar com a atuação de suas Forças Armadas, apontando que delas dependem a segurança, a “garantia da lei e da ordem” e situações de “crise que ultrapassam a capacidade das agências governamentais que requerem (...)” seu emprego. Ao prosseguir, Mourão declarou que na situação atual os brasileiros esperam “algo mais de seus militares”, pelo que votaram em 2018, justificando-se na pandemia de Covid-19 e numa suposta necessidade de reformas que caracterizou como “imprescindíveis”, como a tributária, administrativa e política e, além disso, um “desvirtuamento da administração pública, atingida em cheio pela corrupção e pelo clientelismo político”. Em seguida, o general defendeu a presença dos militares no governo, declarando que o fazem como cidadãos no exercício de seus direitos, convidados a integrar um “esforço de racionalização, efetividade e moralização da administração pública”, para o qual acredita que contribuem valores militares como “lealdade, probidade e competência técnica”, e declarou que “pode parecer pouco” mas é “muito para um país que teve sua máquina administrativa aparelhada pela política partidária e, não raro, pela ideologia”. Ademais, defendeu que, embora pareça “excessiva em termos numéricos”, a presença dos militares no governo é “ínfima” se comparada aos cargos comissionados anteriores. Mourão declarou ainda que “não é a presença de militares no governo que o define” e que “sempre houve e continuará a haver militares no governo”, cumpridores de “suas obrigações e deveres”, pois, se assim não fosse, o Brasil “viveria uma anarquia armada, incompatível com a democracia. E os militares simplesmente não seriam militares”. Mencionou que em outras democracias no mundo também existem militares atuantes na política, citando como exemplo quando as Forças Armadas estadunidenses com a Junta de Chefes de Estado-maior foram publicamente garantir que haveria transição de governo presidencial após as tentativas de invasão do Capitólio. Para Mourão, o que difere as democracias de ditaduras são as ordens dadas aos militares e a forma como as obedecem, e defendeu que “nenhuma democracia está livre de crises e os seus militares fazem parte da sua superação”. Quanto a isto, o vice-presidente defendeu o “regime instalado em 1964” declarando que “goste ou não (...) fortaleceu a representação política pela legislação eleitoral, que deu coerência à União e afastou os militares da política, legando ao atual regime, inaugurado em

1985 e escoimado de instrumentos de exceção, uma República federativa à altura do Brasil". Mourão concluiu declarando que pela história do país, "a sociedade brasileira sabe que as Forças Armadas continuarão a cumprir rigorosamente suas missões constitucionais" e que na crise atual ela "espera mais" (...) e "conta que seus militares, da ativa e da reserva, não se esqueçam dos seus compromissos com a Pátria que juraram defender, servindo-lhe com ou sem uniforme, ciosos de sua cidadania, orgulhosos do que fizeram e confiantes no que podem fazer de bom para o bem do País". (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 06/04/21)

15- Braga Netto discursou em cerimônia de posse ministerial

O *Correio Braziliense* e a *Folha de S. Paulo* comentaram sobre o discurso de posse do novo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. O *Correio* ressaltou que, diferente dos outros ministros que fizeram pronunciamentos no mesmo dia com projeções e planos, principalmente em relação à atuação na pandemia e no combate ao coronavírus, Braga Netto esquivou-se de fazer promessas e apenas destacou que "a Defesa continua com a missão constitucional de defesa da pátria e dos Poderes constitucionais" e que o trabalho "não muda nada" com ele à frente do ministério. O ministro enfatizou, direcionando-se para o presidente da República, Jair Bolsonaro, que "a Defesa estará pronta [...] a cumprir o que o senhor determinar, como comandante em chefe, e conforme a sua própria orientação, dentro do que prevê a Constituição". Sobre a pandemia, o novo ministro afirmou que "a Defesa continua na sua missão, na sua prioridade hoje do [combate à] Covid. A Defesa já tem auxiliado, é um trabalho que continua, não tem nada de novo no que tem sido feito. É um trabalho coordenado entre as três Forças". (Correio Braziliense - Poder - 07/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 07/04/21)

16- Proposta de colocar Hospitais das Forças Armadas à disposição da população civil durante a pandemia da Covid-19 foi rejeitada

Conforme o periódico *Correio Braziliense*, a Defensoria Pública da União (DPU) entrou com uma ação na Justiça Federal do Distrito Federal para que os hospitais das Forças Armadas, Força Aérea e Naval de Brasília fossem colocados à disposição da população civil durante a pandemia da Covid-19, dado que as unidades da rede pública estão lotadas. O *Correio* ressaltou que a ocupação dos hospitais das Forças Armadas é objeto de investigação pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que está averiguando se os militares deixaram de disponibilizar os leitos vagos para a sociedade durante a atual crise pandêmica. Além do mais, Benjamin Zymler, ministro do TCU, estabeleceu em março que o Ministério da Defesa e os comandos das três Forças passassem "a informar diariamente o número de vagas e a taxa de ocupação nos hospitais militares". Por sua vez, o periódico *Folha de S. Paulo* destacou que após a determinação do ministro do TCU, algumas planilhas foram divulgadas e indicaram que as Forças Armadas "bloquearam leitos à espera de militares em enfermarias e UTIs [Unidades de terapia intensiva] e que há unidades com até 85% de vagas ociosas". A auditoria do TCU sustentou que as unidades de saúde militares deveriam fazer convênios com o Sistema Único de Saúde (SUS), objetivando aumentar a oferta de vagas de leitos para a população civil, e que "a reserva de vagas aos militares contraria os princípios da dignidade humana e viola o dever constitucional do Estado de oferecer acesso à saúde de forma

universal". Porém, segundo a *Folha*, a proposta foi rejeitada pelo TCU, tendo o ministro indicado por Bolsonaro, Jorge Oliveira, atuado para barrar a proposta afirmando que ela poderia causar transtornos e que comprometeria a segurança militar. Além disso, a *Folha* reportou que o Ministério da Defesa criticou a reportagem sobre os hospitais militares, alegando que ela tem "manipulações, incorreções, omissões e inverdades". O ministério afirmou que quase todos os leitos de UTI de hospitais militares estão ocupados e reitera "que as Forças Armadas atuam na atual pandemia com extrema dedicação, no limite de suas capacidades, sempre com total transparência e prontidão, preservando e salvando vidas". (Correio Braziliense - Brasil - 08/04/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 08/04/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 09/04/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 09/04/21)

17- Em cerimônia, Bolsonaro ficou sem máscara, cumprimentou oficiais com aperto de mão e chamou as Forças Armadas de "meu Exército"

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente da República, Jair Bolsonaro, e outros membros do governo, cumprimentaram com um aperto de mão 57 militares recém promovidos. Ao contrário dos oficiais e de outros integrantes do governo, Bolsonaro esteve sem máscara. A *Folha* lembrou episódio semelhante ocorrido em 30/04/20, em uma visita ao Comando Militar do Sul, na qual Bolsonaro foi saudado com os cotovelos, mesmo após ter estendido as mãos, pelo então comandante do Exército, Edson Leal Pujol, e outros militares. No evento deste ano, o presidente fez um discurso descrevendo as Forças Armadas como "meu Exército" e disse que as Forças Armadas representam "uma estabilidade" para o Brasil e que atuam "dentro das 4 linhas da constituição". Também discursou na cerimônia o chefe do Estado Maior do Exército, general Marcos Antonio Amaro dos Santos, que defendeu o papel institucional da organização que comanda ao citar uma fala do patrono do Exército, Duque de Caxias, afirmando que sua "espada não tem partido". (Folha de S. Paulo - Poder - 09/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 09/04/21)

18- Professor comentou relação entre Forças Armadas e preservação da democracia

Antonio Carlos Will Ludwig, professor aposentado da Academia da Força Aérea, comentou sobre a importância das Forças Armadas na preservação da democracia, em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*. Segundo o professor, a democracia não é garantida pelas Forças Armadas de seu respectivo país, como afirma o presidente da República, Jair Bolsonaro, mas sim por instituições fortes, pela participação popular e pela submissão das organizações militares aos poderes civis democraticamente eleitos. Ludwig afirmou, porém, que forças militares e democracia estão estreitamente relacionadas, e que desde a fundação dos Estados nacionais desenvolveram-se teorias de como controlá-las, destacando-se duas: a limitação dos militares a funções estritamente relacionadas à sua área e a integração dos mesmos na sociedade. Para o professor, no Brasil a sociedade tem se inclinado mais a adotar a primeira. Por fim, Ludwig defendeu que para um maior comprometimento dos militares com a democracia é necessária uma revisão de seu passado interventor sob a ótica de estudos científicos e não da visão romantizada de oficiais "salvadores da pátria". Além disso, será necessária a

retirada da brecha constitucional que estabelece a “garantia da lei e da ordem” como uma função das Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 09/04/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Lisa Barbosa (mestranda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).